



A Santa Sé

PAPA JOÃO PAULO II

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 13 de Agosto de 1980

O conteúdo do mandamento "Não cometer adultério"

1. A análise da afirmação de Cristo durante o Sermão da Montanha, afirmação que se refere ao «adultério», e ao «desejo» a que Ele chama «adultério cometido no coração», é necessário desenvolvê-la partindo das primeiras palavras. Cristo diz: «Ouvistes que foi dito: não cometerás adultério...» (*Mt 5, 27*). Tem na mente o mandamento de Deus, aquele que no Decálogo se encontra no sexto lugar, e faz parte da chamada segunda Tábua da Lei, que Moisés obtivera de Deus-Javé.

Coloquemo-nos primeiro no ponto de vista dos ouvintes directos do Sermão da Montanha, daqueles que ouviram as palavras de Cristo. São filhos e filhas do povo eleito — povo que do próprio Deus-Javé tinha recebido a «Lei», tinha recebido também os «Profetas» que repetidamente, através dos séculos, tinham censurado exactamente a relação mantida com aquela Lei, as múltiplas transgressões dela. Também Cristo fala de semelhante transgressões. Mas fala ainda mais de uma tal interpretação humana da Lei, em que se apaga e desaparece o *justo significado do bem e do mal, especificamente* querido pelo Divino Legislador. A lei, de facto, é sobretudo meio — meio indispensável — para que «superabunde a justiça» (palavras de *Mt 5, 20*, na antiga tradição). Cristo quer que essa justiça «supere a dos escribas e dos fariseus». Não aceita a interpretação que através dos séculos foram dando ao conteúdo autêntico da Lei, pois submeteram em certa medida tal conteúdo, ou seja o desígnio e a vontade do Legislador, às variadas fraquezas e aos limites da vontade humana, derivados precisamente da tríplice concupiscência. Era esta uma interpretação casuística, que se tinha sobreposto à original visão do bem e do mal, ligada com a Lei do Decálogo. Se Cristo tende à transformação do «ethos», fá-lo sobretudo para recuperar a clareza fundamental da interpretação: «Não penseis que vim

revogar a Lei ou os Profetas. Não vim revogá-la mas completá-la» (Mt 5, 17). Condição do completamento é a justa compreensão. E isto aplica-se, além do mais, ao mandamento «não cometer adultério».

2. Quem segue nas páginas do Antigo Testamento a história do povo eleito desde os tempos de Abraão, encontrará abundantes factos que atestam como este mandamento era posto em prática e como, em seguida a tal prática, era elaborada a *interpretação casuística da lei*. Primeiro que tudo, é sabido que a história do Antigo Testamento é teatro da sistemática defecção perante a monogamia: o que, para se compreender a proibição «não cometer adultério», devia ter significado fundamental. O abandono da monogamia, especialmente no tempo dos Patriarcas, tinha sido ditado pelo desejo da prole, de numerosa prole. Este desejo era tão profundo, e a procriação, como fim essencial do matrimónio, tão evidente, que as esposas, que amavam os maridos, quando não estavam em condições de lhes dar prole, pediam de sua iniciativa aos maridos, pelos quais eram amadas, que tomassem «sobre os próprios joelhos», ou seja, acolhessem a prole dada à vida por outra mulher, por exemplo, pela serva, isto é, pela escrava. Assim foi no caso de Sarai a respeito de Abraão (Cf. *Gén* 16, 2), ou no de Raquel a respeito de Jacob (Cf. *Gén* 30, 3). Estas duas narrações reflectem o clima moral em que era praticado o Decálogo. Explicam o modo em que o «ethos» israelita estava *preparado para acolher o mandamento «não cometer adultério»*, e que aplicação encontrava tal mandamento na mais antiga tradição deste povo. A autoridade dos patriarcas era, de facto, a mais alta em Israel e possuía carácter religioso. Estava estreitamente ligada à Aliança e à Promessa.

3. O mandamento «não cometer adultério» não mudou esta tradição. Tudo indica que o seu posterior desenvolvimento não se limitava aos motivos (sobretudo excepcionais) que tinham guiado o comportamento de Abraão e Sarai, ou de Jacob e Raquel. Se tomamos como exemplo os representantes mais ilustres de Israel depois de Moisés — os reis de Israel David e Salomão — a descrição da vida deles mostra que se estabelece a poligamia efectiva, isto indubiamente por motivos de concupiscência:

Na história de David, que também tinha duas mulheres, deve chamar a atenção não só o facto de ter tomado a mulher de um súbdito seu, mas também a clara consciência de ter cometido adultério. Este facto, assim como a penitência do rei, são descritos de modo pormenorizado e sugestivo (Cf. *2 Sam* 11, 2-27). Por adultério entende-se só a posse das mulheres de outrem, ao passo que não o é a posse de outras mulheres como esposas, ao lado da primeira. Toda a tradição da Antiga Aliança indica que a consciência das gerações que se foram seguindo no povo eleito, ao «ethos» delas, não se juntou nunca a exigência efectiva da monogamia, como consequência essencial e indispensável do mandamento «não cometer adultério».

4. Nesta perspectiva é preciso também entender todos os esforços que tendem a introduzir o conteúdo específico do mandamento «não cometer adultério» no quadro da legislação promulgada. Confirmam-no os Livros da Bíblia, em que se encontra amplamente registado o

conjunto de tal legislação antigo-testamentária. Se se toma em consideração a letra de tal legislação, resulta que esta se empenha em lutar com o adultério, de modo decidido e sem contempções, usando meios radicais, incluindo a pena de morte (Cf. *Lv.* 20, 10; *Dr.* 22, 22). Fá-lo porém sustentando a poligamia efectiva, até mesmo legalizando-a plenamente, ao menos de modo indirecto. Assim portanto o adultério é combatido só nos limites estabelecidos e no âmbito das premissas definidas, que determinam a forma essencial do «ethos» antigo-testamentário. Por adultério entende-se aí sobretudo (e talvez exclusivamente) a infracção do direito de propriedade do homem quanto a qualquer mulher que seja a própria mulher legal (ordinariamente: uma entre muitas); não se entende porém o adultério como aparece do ponto de vista da monogamia estabelecida pelo Criador. Reparemos agora ter feito Cristo referência ao «princípio» precisamente a respeito deste argumento (cfr. *Mt* 19, 8).

5. Muito significativa é, além disso, a circunstância em que toma Cristo a parte da mulher surpreendida em adultério e a defende da lapidação. Diz aos acusadores: «Quem de vós estiver sem pecado seja o primeiro a lançar-lhe uma pedra» (*Jo* 8, 7). Quando eles deixam cair no chão as pedras e se afastam, diz à mulher: «Vai e doravante não tornes a pecar» (*Jo* 8, 11). Cristo identifica portanto claramente o adultério com o pecado. Quando, pelo contrário, se dirige àqueles que desejavam lapidar a mulher adúltera, não apela para as prescrições da lei israelita, mas exclusivamente para a consciência. O discernimento do bem e do mal inscrito nas consciências humanas pode mostrar-se mais profundo e mais correcto do que o conteúdo de uma norma.

Como vimos, a história do Povo de Deus na Antiga Aliança (que procurámos explicar só por meio de alguns exemplos) decorria, em notável medida, fora do conteúdo do mandamento «não cometer adultério»; passava, por assim dizer, ao lado dele. Cristo deseja corrigir estes erros. Eis a razão das palavras por Ele pronunciadas no Sermão da Montanha.

Pesar do Papa pelas vítimas do ciclone "Allen"

Desejo exprimir, neste momento, toda a minha solicitude e solidariedade aos Países da zona das Caraíbas, que foram gravemente provados nos dias passados, pela fúria devastadora do ciclone "Allen". Como sabeis, provocou numerosas vítimas e feridos entre as populações, causando danos incalculáveis às cidades e às culturas. São desastres naturais que fazem reflectir na fragilidade do homem, tão impotente e indefeso diante das forças desencadeadas da natureza; mas devem também levar ao comum sentido de responsabilidade em partilhar; espiritual e materialmente, dos sofrimentos dos irmãos: é exactamente em tais calamidades que se demonstra a realidade do amor que se compadece, se aproxima de quem passa necessidade, e provê, segundo seja possível, " às necessidades do próximo.

Posso assegurar que várias instituições caritativas internacionais católicas vão ao encontro dos mais instantes apelos de auxílio, que chegam das Nações mais provadas. Enquanto elevo

fervorosos sufrágios por aqueles que perderam a vida nesta triste circunstância, estou perto de quantos sofreram danos físicos ou materiais; e convido todos vós a unirdes as vossas orações e as vossas solitudes às minhas, pois é belo que nestes encontros de tantos fiéis com o Papa — nos quais se sente mais viva a magnífica realidade de comunhão que é a Igreja os nossos irmãos e as nossas irmãs no mundo não se sintam esquecidos, mas saibam que a Igreja inteira os tem no seu coração.

Saudações

Aos Jovens

Saúdo-vos, agora, a vós jovens, entre os quais se encontram 350 Voluntários e Voluntárias do Movimento dos Focolares provenientes de várias Nações dos cinco Continentes, reunidos no "Centro Mariopoli" de Rocca di Papa, para o anual curso de estudo e de espiritualidade.

Caríssimos, ao mesmo tempo que vos agradeço de coração a vossa presença, chamo a vossa atenção para a iminente festividade da Assunção de Nossa Senhora ao Céu. Sabemos que Maria Imaculada, Esposa do Espírito Santo, Mãe de Cristo e da Igreja, primícias dos remidos, no término da sua vida terrena foi elevada, em alma e corpo, à glória celeste. Este admirável acontecimento ensina que o destino do homem não se exaure no tempo, mas projecta-se e completa-se no Céu, junto de Deus.

A mensagem de fé e de esperança cristã, que deriva da próxima celebração mariana, ressoe sempre no vosso coração.

Aos Doentes

Dá-me muito prazer dirigir também a vós, queridos Doentes, o meu afectuoso e reconhecido pensamento.

Como diz o Apóstolo Paulo: "Nós, porém, somos cidadãos do Céu e de 1á esperamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo. Ele transformará o nosso corpo miserável tornando-o conforme ao Seu corpo glorioso" (*Flp* 3, 20-21).

Maria Santíssima já chegou à pátria, e depois do exílio terreno realizou-se imediatamente a Sua entrada na glória! Por isso, para Ela sejam dirigidos os vossos sofrimentos, as vossas preocupações, as vossas esperanças, na certeza de que não faltará o seu auxílio para nos unirmos a Ela depois deste exílio terreno.

Com estes votos abençoo-vos a todos de coração.

Aos jovens Casais

Ao dirigir, a seguir, a minha cordial saudação aos jovens Casais, quero dizer-lhes uma palavra de exortação e de bons votos. Ao receberdes o Sacramento do Matrimónio, iniciastes um novo caminho na vossa vida. Faço votos por que ele seja sempre semelhante ao que a Virgem Santíssima realizou durante a sua existência na terra e que se concluiu depois com a gloriosa assunção ao Céu.

Confirmo estes votos com uma particular Bênção, que torno extensiva a todas as pessoas que vos são queridas.

A um grupo de peregrinos eslovacos

Com alegria dou as boas-vindas ao grupo de jovens peregrinos eslovacos que vieram de todas as partes do mundo.

Desejo que a vossa visita ao Sucessor de Pedro revigore a vossa fé, que os Santos Cirilo e Metódio levaram aos vossos antepassados e que o vosso povo conservou fielmente até aos nossos dias.

Queridos peregrinos eslovacos! Sede fiéis a Cristo e à sua Mãe celeste, Maria! Conservai a herança dos vossos santos apóstolos Cirilo e Metódio, onde quer que vos encontréis no grande mundo.

Saúdo e abençoo-vos e às vossas queridas famílias, abençoo o vosso querido país, para mim tão querido, e os vossas cidades de proveniência.

Copyright © Libreria Editrice Vaticana